



Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2024



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas - ITR

Aos Acionistas da

Verona Holding Participações Societárias S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Companhia”) contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de Março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Valores correspondentes

Revisão das informações trimestrais do período de três meses findo em 31 de março de 2023

Chamamos a atenção para o fato de que não revisamos os valores correspondentes relativos as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de dezembro 2023, incluindo as notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Salvador, 14 de Maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Verona Holding Participações Societárias S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	487	393	158.793	135.626
Contas a receber	9	-	-	15.220	17.090
Imposto de renda e contribuição social		1.833	1.833	6.472	6.032
Tributos a recuperar		2	2	5.143	3.345
Partes relacionadas		1.552	1.552	1.552	1.552
Despesas antecipadas		-	-	4.880	922
Dividendos a receber		4.312	8.342	-	-
Adiantamentos		-	-	2.157	819
Total ativo circulante		8.186	12.122	194.217	165.386
Ativo não circulante					
Fundos restritos	8	-	-	253.379	247.298
Depósitos judiciais		-	-	3.936	13.322
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	18.143	18.392
Partes relacionadas		43.133	40.470	20.948	17.916
Outros ativos		-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo		43.133	40.470	296.406	296.828
Investimentos	10	407.351	403.826	-	-
Outros investimentos		-	-	-	-
Imobilizado		-	-	4.131	4.099
Intangível	11	191.369	193.641	1.337.187	1.335.301
Direito de uso		-	-	7.947	7.526
Total do ativo não circulante		598.720	597.467	1.349.265	1.346.926
Total do ativo		650.039	650.059	1.839.888	1.809.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Passivo circulante					
Fornecedores		12	16	17.734	24.044
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	44.570	45.938
Debêntures	13	-	-	38.400	38.400
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	19.223	16.980
Imposto de renda e contribuição social		-	-	475	5.375
Obrigações tributárias		1	953	3.264	12.860
Arrendamentos		-	-	6.576	6.036
Provisão para manutenção	15	-	-	1.963	320
Outras obrigações	17	-	-	2.608	3.307
Total passivo circulante		13	969	134.813	153.260
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	636.522	606.456
Debêntures	13	-	-	404.873	388.915
Arrendamentos		-	-	1.771	2.062
Provisão para contingências	14	-	-	15.186	15.608
Provisão para manutenção	15	-	-	35.199	32.351
Imposto de renda e contribuição social diferidos		38.502	38.502		
Outros passivos		10.500	10.500	10.500	10.500
Total passivo não circulante		49.002	49.002	1.104.051	1.055.892
Patrimônio líquido					
Capital social	17	551.486	551.486	551.486	551.486
Reservas de lucros	17	48.602	48.602	48.602	48.602
Prejuízos acumulados	17	936	-	936	-
		601.024	600.088	601.024	600.088
Total do passivo e patrimônio líquido		650.039	650.059	1.839.888	1.809.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos resultados

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
		Não revisado			
Receita líquida de serviços	18	-	-	75.857	65.530
Receita de construção	18	-	-	6.466	12.246
Receita Líquida		-	-	82.323	77.776
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(40.457)	(39.777)
Custo de construção	19	-	-	(6.402)	(12.126)
Lucro Bruto		-	-	35.464	25.873
Gerais e administrativas	20	(2.278)	(3.438)	(14.180)	(14.196)
Resultado de equivalência patrimonial		3.255	(3.521)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	103	149
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		977	(6.959)	21.387	11.826
Receitas financeiras	21	62	428	10.087	3.937
Despesas financeiras	21	(103)	(2)	(29.942)	(22.055)
Resultado financeiro, líquido		(41)	426	(19.855)	(18.118)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		936	(6.533)	1.532	(6.292)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(348)	(1.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(248)	1.492
Lucro (Prejuízo) do período		936	(6.533)	936	(6.533)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
				Não revisado
Lucro (Prejuízo) do período	936	(6.533)	936	(6.533)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	936	(6.533)	936	(6.533)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

	Capital social	Reservas legal	Reservas de lucros a realizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros ou Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	551.286	-	40.551	200	-	592.037
Prejuízo do período	-	-	-	-	(6.533)	(6.533)
Em 31 de março de 2023	551.286	-	40.551	200	(6.533)	585.504
Em 31 de dezembro de 2023	551.486	454	48.148	-	-	600.088
Lucro do período	-	-	-	-	936	936
Em 31 de março de 2024	551.486	454	48.148	-	936	601.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
				Não revisado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	936	(6.533)	1.532	(6.292)
Ajustes				
Margem de construção	-	-	(64)	(120)
Depreciação e amortização	11 2.273	2.291	17.205	19.562
Juros e variações monetárias, líquidas	(63)	-	21.188	20.097
Apropriação do custo de captação	-	-	34	(924)
Provisão para contingências	-	-	369	911
Provisão para manutenção	-	-	4.491	8.763
Baixa do imobilizado e intangível	-	-	251	-
Resultado de equivalência patrimonial	(3.255)	3.521	-	-
	(109)	(721)	45.006	41.997
Variação dos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	1.934	1.277
Despesas Antecipadas	-	21	(3.958)	(1.942)
Tributos a recuperar	-	-	(7.291)	1.179
Dividendos a receber	4.030	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	7.698	(625)
Adiantamentos	-	-	(1.338)	(60)
Outros ativos	-	-	-	15
Fornecedores	(3)	(9)	(6.310)	6.849
Obrigações tributárias	(953)	2	(9.596)	(2.124)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1)	524	2.243	2.219
Outras obrigações	-	-	(700)	(2.144)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.964	(183)	27.688	46.641
Juros pagos	-	-	(11.025)	(11.002)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(195)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	2.964	(183)	16.468	35.639
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(270)	-	-	-
Adições ao intangível	-	-	(17.285)	(12.654)
Adições ao imobilizado	-	-	(241)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(270)	-	(17.526)	(12.654)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e debêntures	-	-	42.000	(6.407)
Amortização de financiamentos e debêntures	-	-	(12.855)	4.721
Partes Relacionadas	(2.600)	61	(3.031)	312
Adição ao fundo restrito	-	-	(3.896)	(252)
Utilização do fundo restrito	-	-	4.229	-
Pagamentos de arrendamentos	-	-	(2.222)	(1.499)
Dividendos pagos	-	-	-	-

Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos		(2.600)	61	24.225	(3.125)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		94	(122)	23.167	19.860
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7	393	310	135.626	93.361
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7	487	432	158.793	113.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verona Holding e Participações Societárias S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
				Não revisado
Receitas				
Receita de serviços	-	-	83.096	72.641
Receita de construção	-	-	6.466	12.246
	-	-	89.562	84.887
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5)	(29)	(10.213)	(17.243)
Custo de construção	-	-	(6.402)	(12.126)
Valor adicionado bruto	(5)	(29)	72.947	55.518
Depreciação e amortização	(2.273)	(2.291)	(17.205)	(19.495)
Apropriação de seguros	-	-	(1.457)	(753)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(2.278)	(2.320)	54.285	35.270
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	62	241	10.087	4.188
Resultado de equivalência patrimonial	3.255	(3.521)	-	-
Outros	-	-	105	150
Valor adicionado total a distribuir	1.039	(5.600)	64.477	39.608
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	1.030	12.250	11.940
Remuneração direta	-	993	8.212	8.213
Benefícios	-	37	3.624	3.184
Outros	-	-	414	543
Impostos, taxas e contribuições	-	88	10.029	9.281
Federais	-	88	5.661	4.932
Estaduais	-	-	161	72
Municipais	-	-	4.207	4.277
Remuneração de capitais de terceiros	103	(185)	41.262	24.920
Juros	103	(185)	29.574	22.097
Aluguéis	-	-	185	176
Outras	-	-	11.503	2.647
Remuneração de capitais próprios	936	(6.533)	936	(6.533)
Lucro (prejuízo) líquido do período	936	(6.533)	936	(6.533)
Valor adicionado distribuído	1.039	(5.600)	64.477	39.608

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Verona Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.235.660.905, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 08 de outubro de 2019. Posteriormente, em 16 de outubro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei no 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Verona Holding e Participações S.A. ("Companhia" ou "Verona").

A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 28 de abril de 2021, a Verona, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CBN após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle direto da CBN.

A Verona Holding Participações Societárias S.A. é controladora das empresas mencionadas a seguir, sendo as seguintes atividades desenvolvidas por estas controladas:

Monte Forte Holding Participações S.A.

Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Em 06 de dezembro de 2023, a Monte Forte celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual resta condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos, conforme nota explicativa 13.

Concessionária Bahia Norte S.A.

A Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "Suape" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC") após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 24 de maio de 2023, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 235, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14/06/2023, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual.

1.2. Procedimentos arbitrais envolvendo a controlada

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial ("OAS"), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem, tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, apresentadas para o período findo em 31 de março de 2024, foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2024.

As informações trimestrais foram preparadas para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na preparação dessas informações trimestrais, adotamos todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor até 31 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados a aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7 – equivalência patrimonial: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida;

3. Consolidação

Base de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de "Grupo").

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no	Participação no
			capital social (%)	capital social (%)
			31/03/2024	31/12/2023
Monte Forte Holding Participações S.A. ("MFORTE")	direto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	direto	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	direto	Brasil	100,00	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	direto	Brasil	100,00	100,00

Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não

controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes.

Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (Goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A demonstrações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras intermediárias individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

5. Novas normas interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia;

- Classificação de passivos de longo prazo com covenants (alterações ao CPC 26);
- Classificação de passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (IAS 1/CPC 26-R1)
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8/CPC 23)
- Tributos sobre o Lucro (IAS 12/CPC 32)

Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Gerenciamento de riscos financeiros

6.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas controladas buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia e suas controladas (Consolidado) em 31 de março de 2024 (valores expressos em milhares de R\$):

	Controladora					
	Valor contábil	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2024						
Fornecedores	12	12	12	-	-	-
Total	12	12	12	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	16	16	16	-	-	-
Total	16	16	16	-	-	-

Consolidado

	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de março de 2024						
Fornecedores	17.734	17.734	17.734	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	681.092	804.518	95.467	87.227	238.583	383.241
Debêntures	443.273	841.504	47.411	55.081	190.757	548.255
Passivo de arrendamento	8.347	8.359	6.587	1.763	9	-
Total	1.150.446	1.672.115	167.199	144.071	429.349	931.496
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	24.044	24.044	24.044	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	652.394	877.661	96.096	92.884	241.789	446.892
Debêntures	427.315	969.704	65.046	55.691	219.189	629.778
Passivo de arrendamento	8.098	11.926	8.464	3.260	202	-
Total	1.111.851	1.883.335	193.650	151.835	461.180	1.076.670

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
TJLP (*)	6,4%	6,3%	6,2%	6,2%	6,2%	6,4%
CDI (*)	10,0%	9,1%	8,9%	8,9%	8,9%	10,0%
IPCA (*)	3,6%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%	3,6%

(*) Fonte: Itaú BBA Mar./2024.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP	6,28%	7,85%	9,42%
CDI	9,85%	12,31%	14,77%
IPCA	3,71%	4,64%	5,57%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2024 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	351	403	454
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	901	1.047	1.192
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	2.123	2.469	2.809

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Desenbahia – CBN	2026	Alta do CDI	2.072	2.427	2.775
Debêntures - MForté	2030	Alta do CDI	23.425	27.634	31.829
Fundos restritos		Baixa do CDI	228.425	222.187	215.949
Aplicação financeira		Baixa do CDI	8.391	8.162	7.933

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debentures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	11.958	13.021	14.105
Debentures - CRA	2036	Alta do IPCA	24.192	27.492	30.355
Debentures - CRC	2037	Alta do IPCA	9.325	9.769	10.213
BNB-CBN	2025	Alta do IPCA	250	269	289

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de março de 2024.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

6.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	Controladora			
				31/03/2024		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	7	Nível 2	1	487	487	393	393
Total				487	487	393	393
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Fornecedores		Nível 2	2	12	12	16	16

Outras obrigações, excluindo obrigações legais	Nível 2	2	10.500	10.500	10.500	10.500
Total			10.512	10.512	10.516	10.516

	Nota	Nível	Mensuração (*)	Consolidado			
				31/03/2024		31/12/2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	7	Nível 2	1	158.793	158.793	135.626	135.626
Fundos restritos	8	Nível 2	1	253.379	253.379	247.298	247.298
Contas a receber	9	Nível 2	2	15.220	15.220	17.090	17.090
Total				427.392	427.392	400.014	400.014
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Empréstimos e financiamentos	12	Nível 2	2	681.092	681.092	652.394	652.394
Debêntures	13	Nível 2	1	443.273	552.670	427.315	540.716
Fornecedores		Nível 2	2	17.734	17.734	24.044	24.044
Arrendamentos		Nível 2	2	8.347	8.347	8.098	8.098
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		Nível 2	2	13.108	13.108	13.806	13.806
Total				1.163.554	1.272.951	1.125.657	1.239.058

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	3	7	9.498	25.575
Aplicações financeiras (a)	484	386	149.295	110.051
Total	487	393	158.793	135.626

(a) O saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

8. Fundos restritos

Em 31 de março de 2024, o saldo de R\$ 253.379 (R\$ 247.298 em 31 de dezembro de 2023), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se a aplicações financeiras remunerados pela variação do CDI entre 98% e 100,25% (95% e 100,25% em 31 de dezembro de 2023)

As controladas do Grupo mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais. Estes recursos são utilizados para pagamentos do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva, aquisição de outras companhias, pagamentos e taxas.

As controladas devem manter depositada em conta reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas contratuais de empréstimos e debêntures.

Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

9. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Meios de pagamentos eletrônicos (i)	13.125	15.414
Vale-pedágio	158	260
Receitas acessórias	1.931	1.416
Outros	6	-
Total	15.220	17.090

(i) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

	31/03/2024	31/12/2023
Créditos a vencer	13.471	16.075
Créditos vencidos até 60 dias	581	124
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	8	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	621	421
Créditos vencidos há mais de 180 dias	539	466
Total	15.220	17.090

10. Investimentos

	31/03/2024	31/12/2023
CBN	276.772	276.425
CRA	69.377	66.612
CRC	36.687	34.830
Monte Forte	24.515	25.959
Total	407.351	403.826

(a) Informações acerca das controladas diretas:

	31/03/2024					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
MFORTE	26.550.000	100%	231.904	207.389	24.515	(1.715)
CRC	26.150.154	100%	105.532	68.847	36.685	1.856
CRA	141.438.908	100%	284.898	215.522	69.376	2.764
CBN	367.759.706	100%	1.032.500	763.090	269.410	349
Total	561.898.768		1.654.834	1.254.848	399.986	3.254

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2023	Equivalência patrimonial	Investimentos realizados	Saldo em 31/03/2024
CBN	100%	276.425	349	-	276.774
CRA	100%	66.612	2.764	-	69.376
CRC	100%	34.830	1.856	-	36.686
Monte Forte	100%	25.960	(1.715)	270	24.515
Total		403.826	3.254	270	407.351

11. Intangível

Custo

Consolidado

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas (b)</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Intangível em infraestrutura						
Direito de concessão - mais valia	217.608	-	-	-	(400)	217.208
Direito de concessão de serviços públicos	1.599.101	1.315	(10.273)	95.960	-	1.686.103
Obras em andamento	67.726	36.042	-	(94.290)	(145)	9.333
Total	1.884.435	37.357	(10.273)	1.670	(545)	1.912.644
Outros intangíveis						
Softwares	3.947	111	-	1.897	-	5.955
Marcas e Patentes	46	-	-	-	-	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4.129	-	-	(4.129)	-	-
Ágio	8.388	-	-	-	(1.021)	7.367
Total	16.510	111	-	(2.232)	(1.021)	13.368
Total	1.900.945	37.468	(10.273)	(562)	(1.566)	1.926.012

Amortização acumulada

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Amortização (a)</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Intangível em infraestrutura						-
Direito de concessão - mais valia	(14.461)	(9.138)	-	-	-	(23.599)
Direito de concessão de serviços públicos	(517.307)	(48.066)	342	63	-	(564.968)
Total	(531.768)	(57.204)	342	63	-	(588.567)
Outros intangíveis						
Softwares	(1.655)	(482)	-	(7)	-	(2.144)
Total	(1.655)	(482)	-	(7)	-	(2.144)
Total	(533.423)	(57.686)	342	56	-	(590.711)
Intangível Líquido	1.367.522	(20.218)	(9.931)	(506)	(1.566)	1.335.301

Custo

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas (b)	Reclassificações	Saldo em 31/03/2024
Intangível em infraestrutura					-
Direito de concessão - mais valia	217.208	-	-	-	217.208
Direito de concessão de serviços públicos	1.686.103	10.551	(251)	(4)	1.696.399
Obras em andamento	9.334	6.734	-	-	16.067
Total	1.912.645	17.285	(251)	(4)	1.929.674
Outros intangíveis					
Softwares	5.955	-	-	-	5.955
Marcas e Patentes	46	-	-	-	46
Ágio	7.367	-	-	-	7.367
Total	13.368	-	-	-	13.368
Total	1.926.012	17.285	(251)	(4)	1.943.042

Amortização acumulada

	Saldo em 31/12/2023	Amortização (a)	Baixas	Reclassificações	Saldo em 31/03/2024
Intangível em infraestrutura					-
Direito de concessão - mais valia	(23.599)	(2.271)	-	-	(25.870)
Direito de concessão de serviços públicos	(564.968)	(12.712)	-	-	(577.680)
Total	(588.567)	(14.983)	-	-	(603.550)
Outros intangíveis					
Softwares	(2.144)	(161)	-	-	(2.305)
Total	(2.144)	(161)	-	-	(2.305)
Total	(590.711)	(15.144)	-	-	(605.855)
Intangível Líquido	1.335.301	2.141	(251)	(4)	1.337.187

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

(a) O valor do intangível atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato.

(b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor da Mais Valia.

(c) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas.

(d) As baixas ocorridas no período referem-se a baixas de itens sinistrados ressarcidos pela seguradora.

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é mensurado com base no custo incorrido e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

12. Empréstimos e financiamentos

Contratante	Instituição financeira	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2024	31/12/2023
CBN (i)	Desenbahia	2033	R\$	TJLP+3% a.a.	7.816	8.031
CBN (ii)	BNB	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	2.609	2.922
CBN (iii)	BNB	2032	R\$	8,5% a.a.	216.228	221.822
CBN (iv)	Desenbahia	2032	R\$	8,5% a.a.	15.273	15.731
CBN (v)	BNB	2033	R\$	2,5% a.a.	153.259	156.871
CBN (vi)	Desenbahia	2034	R\$	TJLP+3% a.a.	18.480	18.910
CBN (vii)	BNB	2035	R\$	7,07% a.a.	179.667	180.130
CBN (viii)	Desenbahia	2026	R\$	CDI+4% a.a.	10.528	11.621
CBN (ix)	BNB	2025	R\$	IPCA+7,98% a.a.	1.677	1.929
CBN (x)	BNB	2037	R\$	24,75% a.a.	6.733	7.742
Custos de captação e estruturação			R\$	IPCA + 2,39% a.a.	72.542	30.065
Total					681.092	652.394
Passivo circulante					44.570	45.938
Passivo não circulante					636.522	606.456

(i) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e

(ii) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;

(iii) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(iv) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(v) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

(vii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;

(viii) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses;

(ix) Firmado pela CBN em 20 de junho de 2023, no valor de R\$ 10.000, com prazo de 24 meses, após carência de 6 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

(x) Firmado pela CBN em 30 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 104.978, com prazo de 108 meses, após carência de 72 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. Este financiamento está em período de captação com R\$ 30.000 desembolsados em dezembro de 2023 e saldo restante previsto para saque até dezembro de 2025.

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

(i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança cooperativa;

c) Cláusula restritivas ("covenants")

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants") não financeiros, os quais foram cumpridos em 31 de março de 2024.

Abaixo apresentamos a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2024:

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	657.401
(+) Captação	40.000
(+) Juros incorridos	41.653
(+) Juros capitalizados	1.516
(-) Juros pagos	(44.944)
(-) Amortizações	(41.359)
(+/-) Custos da transação	(1.873)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394
(+) Captação	42.000
(+) Juros incorridos	10.859
(+) Juros capitalizados	59
(-) Juros pagos	(11.025)
(-) Amortizações	(12.855)
(+/-) Custos da transação	(340)
Saldo em 31 de março de 2024	681.092

Em 31 de março de 2024, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Prazos de vencimento	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
2025	51.328	51.328
2026	49.144	49.144
2027 em diante	536.050	505.984
Total	636.522	606.456

Em dezembro de 2022, foi assinado contrato junto ao Banco do Nordeste para obtenção de recursos financeiros para financiamento de obras de infraestrutura dos ativos, no montante de R\$ 104.978. No entanto, a administração aguarda o desfecho do processo e o recebimento dos recursos, com previsão até dezembro de 2024.

13. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2024	31/12/2023
Debêntures IPCA – 12431				IPCA +		
(i)	CRA	2036	R\$	7,17% a.a.	181.920	175.902
Debêntures IPCA (ii)	CRC	2037	R\$	IPCA + 7,87%	66.445	64.156
Debêntures DI (iii)	Monte Forte	2030	R\$	DI + 3,90%	210.584	203.307
Custos de captação e estruturação					(15.676)	(16.050)
Total					443.273	427.315
Passivo circulante					38.400	38.400
Passivo não circulante					404.873	388.915

(i) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1.

(ii) Em 25 de outubro de 2022, a CRC emitiu 60.000 (sessenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: **(i)** o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.”, celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão (“Primeira Emissão de Debêntures”); **(ii)** a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do “Programa de Exploração Rodoviária – PER”.

(iii) Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE emitiu 201.500 (cento e sessenta e cinco mil) debentures, com valor nominal de R\$1 (mil reais), sendo 165.000 correspondentes à primeira série e 36.500 à segunda série da emissão, totalizando uma emissão total de R\$ 201.500,00. As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,90%. O prazo total é de 7 anos com amortização customizada com a primeira série iniciando 48 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: **(i)** aquisição de novas concessionárias dentro das estratégias de expansão do Grupo.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: **(i)** o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e

apólices de seguros de titularidade da Companhia; e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de março de 2024.

i) Na CRA, o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.

ii) Na CRC, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

iii) Na Monte Forte, o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2024.

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	222.276
(+) Captação	201.500
(+) Juros incorridos	28.320
(+) Juros capitalizados	451
(-) Juros pagos	(16.674)
(-) Amortizações	(884)
(+/-) Custos da transação	(5.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	427.315
(+) Juros incorridos	13.186
(+) Juros capitalizados	2.398
(+/-) Custos da transação	374
Saldo em 31 de março de 2024	443.273

Prazos de vencimento	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
2025	3.800	3.800
2026	6.800	6.800
2027 em diante	394.273	378.315
Total	404.873	388.915

14. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2024, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa, sendo:

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Cíveis	12.630	13.500
Trabalhistas	1.907	1.637
Tributárias	12	18
Outras	637	453
Total	15.186	15.608

Movimentação	Consolidado				
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	1.645	18	49	8.969
(+) Adições	14.369	1.616	4.898	708	21.591
(+) Apropriação de juros	3.319	608	9	196	4.132
(-) Reversões	(10.976)	(1.576)	(2.865)	(452)	(15.870)
(-) Pagamentos	(469)	(656)	(2.042)	(49)	(3.216)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.500	1.637	18	453	15.608
(+) Adições	2.464	7	-	-	2.471
(+) Apropriação de juros	356	357	-	184	897
(-) Reversões	(2.083)	(13)	(6)	-	(2.102)
(-) Baixas	(1.607)	(81)	-	-	(1.688)
Saldo em 31 de março de 2024	12.630	1.907	12	636	15.186

Em 31 de março de 2024, as Controladas, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação da administração e de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 235.155 (R\$ 324.397 em 31 de dezembro de 2023). A variação do período refere-se à atualização do processo 76/2017/SEC4 de R\$ 186.000 em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 113.000 do Consórcio Sistema BA 093 na CBN.

a) Provisões Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

b) Provisões Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros.

c) Provisões Tributárias

As causas tributárias em que a Companhia é parte são distribuídas por natureza de tributos municipais e federais, dentre os quais merecem destaque os processos em trâmite que discutem a cobrança de IPTU, diante da possibilidade de êxito e relevância da tese firmada no Tribunal de Justiça da Bahia.

d) Outras Provisões

As demais provisões da Companhia referem-se a demandas ambientais decorrentes do período de obras, licenciamento, arbitragem e pleitos administrativos regulatórios.

15. Provisão para manutenção

Em 31 de março de 2024, o Grupo apresentava saldo de R\$ 37.162 (R\$ 32.671 em 31 de dezembro de 2023), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	23.737
Provisão	34.456
Reversão	(25.522)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	32.671
Provisão	10.341
Reversão	(5.850)
Saldo em 31 de março de 2024	37.162

	31/03/2024	31/12/2023
Passivo circulante	1.963	320
Passivo não circulante	35.199	32.351
Total	37.162	32.671

- R\$ 31.089 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 8,90% a.a.;
- R\$ 327 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 10,75% a.a.; e
- R\$ 5.746 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 5 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,78% a.a.

16. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2024, o Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	31/03/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal e base negativa	49.582	50.021
Diferenças temporárias ativas	24.025	24.554
Provisão para contingências	3.563	3.694
Provisão para manutenção	20.462	20.860
Diferenças temporárias passivas	(16.962)	(17.682)
Ajustes adoção Lei 12.973/14 e Arrendamentos	(16.962)	(17.682)
Ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)
Ativo diferido, líquido	18.143	18.392

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 31 de março de 2024 totalizava R\$ 145.726.

As Controladas estimam apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

31/03/2024				
Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2024	-	2.122	3.494	5.617
2025	1.590	2.468	5.704	9.762
2026	1.402	2.739	6.392	10.533
2027	-	3.195	-	3.195
2028 em diante	-	20.476	-	20.476
Total	2.992	31.000	15.590	49.583

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2024		31/03/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado Não revisado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	936	1.532	(6.533)	(6.292)
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada de 34%	(319)	(521)	2.221	2.139
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência Patrimonial	1.107	-	(1.197)	-
Outras diferenças permanentes	-	(75)	-	(2.380)
Imposto de Renda e CSLL diferido não constituído	(788)	-	(1.024)	-
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(596)	-	(241)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(348)	-	(1.733)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(248)	-	1.492
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(596)	-	(241)
Alíquota efetiva de impostos		-38,9%		3,8%

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 551.486, representado por 551.486.324 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas legal e de lucros

i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

ii) Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído reserva no montante de R\$ 7.597 o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, é R\$ 48.148 em 31 de março de 2024.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de março 2024, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.501 (R\$ 712 em 31 de março de 2023), referente à remuneração dos administradores.

	31/03/2024	31/03/2023
Remuneração com encargos	1.482	180
Incentivo de longo prazo	19	22
Total	1.501	202

18. Receitas

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
		Não revisado
Receitas de pedágio	81.200	70.075
Demanda de risco (a)	636	855
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	1.260	1.716
Impostos e contribuição sobre serviços	(7.238)	(7.111)
Outras deduções	(1)	(5)
Receita líquida de serviços	75.857	65.530
Receita de construção	6.466	12.246
Receita líquida	82.323	77.776

(a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão, será feita compensação de valores, de modo a amenizar os impactos financeiros, conforme critérios de compartilhamento de riscos previstos contratualmente.

19. Custos por natureza

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
		Não revisado
Custos de pessoal	(8.277)	(8.120)
Serviços de terceiros	(3.972)	(3.789)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.471)	(515)
Gastos gerais	(1.657)	(1.505)
Provisão para manutenção	(10.339)	(8.841)
Depreciação e amortização	(14.741)	(17.007)
Custos dos serviços prestados	(40.457)	(39.777)
Custos de construção	(6.402)	(12.126)
Total	(46.858)	(51.903)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

20. Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
				Não revisado
Despesas de pessoal	-	(1.119)	(5.584)	(5.186)
Serviços de terceiros	(5)	(22)	(1.701)	(1.210)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(438)	(816)
Seguros/Garantias	-	-	(1.432)	(726)
Provisão para contingências	-	-	1.319	(846)
Licenças de software/telecomunicações	-	-	(835)	(645)
Gastos gerais	-	(6)	(3.045)	(2.278)
Depreciação e amortização	(2.273)	(2.291)	(2.464)	(2.489)
Total	(2.278)	(3.438)	(14.180)	(14.196)

21. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
				Não revisado
Descontos obtidos	-	-	5	17
Rendimentos de aplicação financeira	1	1	9.308	3.551
Juros de contratos de mútuo ativos	61	187	-	-
Atualização monetária ativa	-	240	220	7
Outras receitas financeiras	-	-	554	362
Receitas financeiras	62	428	10.087	3.937
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(10.859)	(10.422)
Juros de debentures	-	-	(15.444)	(9.316)
Juros de debêntures privadas – partes relacionadas	-	-	-	-
Juros de contratos de arrendamento	-	-	(236)	(235)
Atualização monetária passiva	-	-	(934)	-
Outras despesas financeiras	(103)	(2)	(2.469)	(2.082)
Despesas financeiras	(103)	(2)	(29.942)	(22.055)
Resultado financeiro, líquido	(41)	(426)	(19.855)	(18.118)

22. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o período.

	31/03/2024		31/03/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
				Não revisado
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	936	936	(6.533)	(6.533)
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	551.486	551.486	551.486	551.486
Prejuízo básico e diluído por ação - Em reais	1,70	1,70	(11.85)	(11.85)

23. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	652.394	427.315	8.098	1.170.150
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captação de financiamentos e debêntures	42.000	-	-	42.000
Amortização de financiamentos e debêntures	(12.855)	-	-	(12.855)
Pagamento de arrendamento	-	-	(2.222)	(2.222)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	29.145	-	(2.222)	26.923
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	-	252	252
Custos de transação	(340)	374	-	34
Despesas com juros	10.918	15.584	1.599	28.101
Reclassificação	-	-	670	670
Baixas	-	-	(50)	(50)
Juros pagos	(11.025)	-	-	(11.025)
Total das outras variações relacionadas com passivos	(447)	15.958	2.471	17.982
Saldo em 31 de março de 2024	681.092	443.273	8.347	1.215.055

24. Contratos

a) Contrato de concessão – CBN

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (“CBN”, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público-Privada - CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4, em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados

no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Periodicamente, as Concessionárias avaliam a proposição de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, com o objetivo de remunerar, conforme as modalidades e mecanismos previstos em cada um dos contratos, os investimentos adicionais realizados no decorrer da execução contratual e que não estavam previstos originalmente nos respectivos planos de negócio, bem como compensar eventuais perdas decorrentes da materialização de eventos cujo risco não foi expressamente alocado à Concessionária.

As Companhias assumiram, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes das concessões:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

A tarifa básica de cada concessão, foi inicialmente definida em Edital pelo Poder Concedente, baseando-se em estudos de viabilidade econômico-financeiro de cada projeto, onde periodicamente cada concessionária, por meios de pleitos de reequilíbrios, submetem a apreciação de julgamento do Poder Concedente, reajustes tarifários, de modo a recompor eventuais perdas, bem como viabilizar os investimentos previstos no contrato de concessão. Cabe ainda ao Poder Concedente decidir acerca de eventuais pedidos de renovação contratual.

Em caso de extinção das concessões, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

* * *